

8. PROCESSO DE HASTA PÚBLICA RELATIVA A CONCESSÃO DOS LUGARES E LOCAIS DE VENDA VAGOS DO MERCADO MUNICIPAL:

Da **DMG-DF-DIVISÃO DE PATRIMÓNIO** submetendo à aprovação do Executivo Municipal a adjudicação definitiva dos lugares e locais de venda vagos no Mercado Municipal de Braga, devidamente identificados na ata da praça em anexo, nos termos do estipulado no nº. 22 do artigo 10º do Programa do procedimento.


Tem informação da Divisão do Património.

Hasta pública concessão dos lugares e locais de venda vagos do Mercado Municipal

Cumpridas todas as formalidades previstas, submete-se à apreciação do Executivo a ata relativa ao ato público com vista à adjudicação definitiva da concessão de licença de ocupação dos lugares e locais de venda vagos do Mercado Municipal de Braga.

17 de dezembro de 2020

O Chefe de Divisão,

A ~ do Excmo
2012.21


22)



ATA DA PRAÇA

-----Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte, pelas dezasseis horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em ato público a Comissão designada pelo Senhor Presidente da Câmara, em quatro de Novembro do corrente ano, nos termos do Procedimento de Hasta Pública relativo à concessão de licença de ocupação dos lugares e locais de venda vagos do Mercado Municipal de Braga, conforme anunciado pelo Edital nº379/2020.

Aberta a sessão pelo Presidente da Comissão foram prestados os devidos esclarecimentos sobre o procedimento do ato público, e demais condições previstas no procedimento da presente hasta pública.

Foram apresentadas vinte e oito propostas, dentro do prazo estipulado para o efeito, pelo que se iniciou a leitura das mesmas por ordem de entrada:

- | | |
|---------|----------------------------|
| Nº1- | para a Banca M - € 352,50; |
| Nº2- | Loja nº2 – € 1500,00; |
| Nº3- | Banca P- €379,61; |
| Nº4- | Banca N- €352,50; |
| Nº 5- | Banca L -€ 1 000,00; |
| Nº 6- | Banca N -€ 360,00; |
| Nº 7- | Loja 6 € 302,50; |
| Nº 8- | Banca M € 502,50; |
| Nº 9- | Loja 5 € 210,00; |
| Nº 10- | Loja 4 € 210,00; |
| Nº 11 - | Loja 8 € 276,00; |
| Nº 12 - | Loja 6 € 276,00; |
| Nº 13 - | Loja 7 € 276,00; |
| Nº 14 - | Loja 4 € 228,00; |
| Nº 15 - | Loja 5 € 195,00; |

Nº 16 -	Loja 2 € 317,96;
Nº 17 -	Banca N € 500,00;
Nº 18 -	Banca P € 500,00;
Nº 19 -	Banca K € 500,00;
Nº 20 -	Banca M € 1 500,00;
Nº21 -	Loja 6 €250,00;
Nº22 -	Loja 7 €250,00;
Nº23 -	Loja 8 €250,00;
Nº24 -	Loja 4 €250,00;
Nº25 -	Loja 5 €300,00;
Nº26 -	Loja 6 €1 000,00;
Nº27	— Loja 5 €1 000,00;
Nº28 -	Loja 4 €1 000,00.

De seguida, procedeu-se à abertura dos envelopes com as propostas recebidas e respetivos documentos, e à análise formal dos mesmos.

Foi feita a leitura da lista de candidatos admitidos e excluídos e do valor das respetivas propostas.

As propostas Nº1, Nº15 e Nº16, por não se encontrarem devidamente instruídas, foram excluídas.

Identificou-se os candidatos e os procuradores presentes na praça e verificou-se os respetivos poderes.

Após o cumprimento das formalidades descritas, procedeu-se à explicação das condições gerais e especiais da Hasta Pública.

Aberta a licitação, nos termos do nº 12, do artigo 10º, do Programa da Hasta Pública, foram adjudicadas provisoriamente as cinco bancas e as seis lojas a quem ofereceu o lanço mais elevado, conforme previsto no nº 17, do supracitado artigo 10º, a saber:

Banca M – pelo valor de €10 000,00 (dez mil euros)

Banca N – pelo valor de €550,00 (quinhentos e cinquenta euros)

Banca K – pelo valor de €500,00 (quinhentos euros)

Banca L – pelo valor de €1 000,00 (mil euros)

Banca P – pelo valor de €500,00 (quinhentos euros) ;

Loja nº2 - pelo valor de €1.500,00 (mil e quinhentos euros) ;

Loja nº4 - pelo valor de €10 000,00 (dez mil euros)

Loja nº5 - pelo valor de €7 100,00 (sete mil e cem euros)

Loja nº6 - pelo valor de €5 100,00 (cinco mil e cem euros)

Loja nº7 - pelo valor de €300,00 (trezentos euros)

Loja nº8 - pelo valor de €276,00 (duzentos e setenta e seis euros) ;

No final da hasta pública os adjudicatários foram informados de que a adjudicação definitiva será efetuada através de deliberação de Câmara, conforme estipulado nº 22, do art.º 10º, do supracitado Programa de Procedimento.

Braga, 04 de dezembro de 2020

A Comissão